

Aula 1 - Como combater a morosidade da Justiça



Aula 1 - Como combater a morosidade da Justiça

1. Qual é a função da Justiça?

1.1. Fazer valer os direitos previstos em lei

1.1.1. Exemplo 1:

1.1.1.1. Se a lei fala que o pai deve pagar pensão alimentícia ao filho menor, caso o pai não pague, cabe à Justiça fazer valer esse direito, para que o menor não morra de fome...

1.2. E como, através de qual mecanismo a Justiça faz valer o direito das pessoas?

1.2.1. Através do processo

1.2.1.1. A lei cria, então, uma sequência organizada de atos, cujo objetivo é colher todas as informações necessárias para que se possa realizar a Justiça

1.3. O nosso modelo constitucional de processo

1.3.1. Garantias do contraditório e da ampla defesa

1.4. O grande problema do processo - a morosidade

1.4.1. Algumas razões pelas quais a resposta do estado aos problemas das pessoas acaba sendo demorada

1.4.1.1. - a necessidade de cumprir o contraditório

1.4.1.2. - a demora natural dos procedimentos (dificuldade de citação, prazos para tudo e em dias úteis, etc)

1.4.1.3. - falta de pessoal suficiente para dar andamento (juízes, servidores e etc)

1.4.1.4. - manobras do requerido para se furtar da Justiça

1.4.1.5. - etc

1.5. A necessidade de combater essa morosidade, sob pena de

ver direitos se perderem

1.5.1. A morosidade do processo pode gerar problemas de duas ordens

1.5.1.1. 1

1.5.1.1.1. Um prejuízo material à parte envolvida

1.5.1.1.1.1. Exemplo

1.5.1.1.1.1.1. Se o menor tiver que esperar todo o curso de uma ação de alimentos para, só ao final, conseguir receber a pensão alimentícia, ele pode acabar morrendo de fome

1.5.1.1.1.1.1.1. Para evitar esse dano à pessoa, a lei cria uma forma de se ANTECIPAR A TUTELA estatal

1.5.1.1.1.1.1.1.1. Uma forma de o Estado dar a proteção busca pelo menor, antes do momento adequado

1.5.1.2. 2

1.5.1.2.1. Pode tornar inútil ou prejudicado o próprio processo ou outra ação futura

1.5.1.2.1.1. Exemplo

1.5.1.2.1.1.1. O autor entra com uma ação visando receber do réu o pagamento de uma dívida

1.5.1.2.1.1.1. Durante essa ação, o autor descobre que o réu está se desfazendo de todos os seus bens. Então, ainda que o autor saia vencedor na demanda, esse processo será inútil, já que o réu terá conseguido se desfazer de todos os bens e não terá lastro patrimonial para pagar a dívida no futuro, caso ela seja confirmada pela sentença

2. A Solução para a morosidade do processo

2.1. Visando diminuir os efeitos nocivos da demora do processo, a própria lei cria mecanismos para dar alguma proteção às pessoas....para diminuir os danos causados pela demora ou para penalizar aqueles que se valem dessa demora para se beneficiar

2.1.1. Esses mecanismos são as chamadas DECISÕES LIMINARES, PROVISÓRIAS....

2.1.1.1. O Estado antecipa uma decisão para proteger o direito de alguém ou para proteger a utilidade prática do processo

2.1.1.1.1. Às vezes o Estado concede, antecipadamente, aquilo que, naturalmente, só seria dado na sentença

2.1.1.1.1.1. São as antecipações de tutela baseadas na urgência

2.1.1.1.2. Às vezes o Estado concede uma medida restritiva do direito de uma das partes envolvidas, como forma de proteger a utilidade prática do próprio processo.

2.1.1.1.2.1. São as medidas cautelares, de proteção

2.1.1.1.3. Mas em determinadas situações, a lei resolveu que o Estado pode antecipar a tutela buscada por alguém, em razão da evidência do direito que está sendo buscado

2.1.1.1.3.1. São as antecipações de tutela baseadas na evidência

2.2. Mas atenção: as soluções criadas pela própria lei são soluções provisórias...

2.2.1. porque tudo pode ser mudado no curso do processo, na sentença ou em recurso....

3. Porque o curso se chama Expert em Liminar?

3.1. Medida liminar é uma decisão judicial prolatada em caráter provisório, ou seja, que não é a decisão definitiva daquele juízo mas que, por algum motivo, teve que ser prolatada...

3.1.1. Como regra, o juiz decide de forma definitiva na sentença...

3.1.1.1. Mas em algumas hipóteses, para se preservar um direito, para proteger o processo ou porque a lei assim quis, pode o juiz dar uma decisão liminar, ou seja, uma decisão provisória que pode ou não ser confirmada lá na sentença...

3.1.1.1.1. A escolha do nome do curso tem mais a ver com o fato de liminar ser a expressão mais presente na linguagem popular do que efetivamente por ela representar tudo o que iremos estudar...

4. O que você precisa ter sempre em mente?

4.1. Você nunca pode esquecer que antecipar uma decisão é sempre exceção

4.1.1. A regra é o contraditório e a ampla defesa....

4.1.1.1. Por isso que, para conseguir uma antecipação de uma decisão, para que o juiz defira uma medida de proteção, é necessário que o caso concreto se encaixe perfeitamente na lei ou que as provas dos requisitos previstos na lei estejam totalmente demonstradas

4.1.1.1.1. Na dúvida, o Juiz vai indeferir

5. O que você pode esperar desse curso?

5.1. Ao longo das aulas eu vou te ensinar os segredos....

5.1.1. Como transferir para a outra parte o pesado ônus da demora do processo...

5.1.1.1. Como fazer com que seus processos não percam a utilidade prática e que seus clientes consigam, efetivamente, receber....

5.1.1.1.1. Vou te mostrar todos os requisitos legais...

5.1.1.1.2. Vou te mostrar como o juiz pensa...

5.1.1.1.3. Vou te mostrar a diferença entre a teoria e a prática...

5.1.1.1.4. Com o conhecimento gerado neste curso você nunca mais vai sofrer com a demora processual